

Sindicato prevê regressão nos níveis salariais

Para presidente de entidade, proposta permite multiplicação de alunos fantasmas

HELIANA NOGUEIRA

Para Cláudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação no Ensino Municipal (Sinpeem) de São Paulo, a proposta do governo federal provoca regressão salarial. "Atualmente os Estados e municípios afirmam que gastam cerca de 80% a 90% dos recursos com a folha de pagamento", diz. "O projeto de vincular 50% dos recursos dos Fundos ao pagamento dos salários reduz o percentual que é gasto hoje."

Fonseca afirma que, além de a proposta não trazer melhorias para o professor, não vai beneficiar a qualidade do ensino. Ele teme ainda a multiplicação de "alunos fantasmas". "Segundo o plano, os recursos serão redistribuídos conforme o número de matrículas", afirma. "Poderá haver uma artificialização da quantidade de alunos, já que não há controle da população e o Ministério da Educação não tem dados precisos."

O valor nacional mínimo estipulado por aluno surpreendeu Fonseca. "A proposta diz que o valor per capita anual, de R\$ 300, poderá ser revisado", argumenta. "Mesmo se houver um aumento de 100%, o valor mensal por aluno passará a R\$ 50, um número irrisório que continua justificando a atual má qualidade do ensino", acrescenta. "Qualquer escola particular cobra no mínimo R\$ 120 mensais por criança."

Segundo Fonseca, o Ministério da Educação nunca definiu critérios para que governos estaduais e municipais cumpram a designação da quota mínima de 25% da arrecadação à educação. "Os prefeitos podem computar como verba para a educação, por exemplo, o asfalto de uma rua que dá acesso à uma escola, assim como consideram os custos com a folha de pagamento dos aposentados como recursos gastos no ensino."

A valorização do salário de acordo com a qualificação, com um acréscimo de 50% para os professores que têm diploma do 3º grau sobre os que têm apenas 2º grau, será um incentivo a uma fábrica de diplomas, na opinião de Fonseca. "A diferença não pode ser tão grande", afirma. A proposta prevê que para a categoria docente o salário final não deve exceder ao dobro do inicial. "Isso é uma total falta de estímulo para a permanência no exercício da profissão", analisa Fonseca, que também condena o fim das faltas abonadas. "Seria outro retrocesso."

Nem tudo foi criticado, porém. "O que salva é a preocupação do governo em investir no ensino básico e atacar o analfabetismo", conclui o presidente do Sinpeem.